

Edição v. 44
número 2 / 2025

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 44 (2)
mai/2025-ago/2025

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

TEMÁTICA LIVRE

Do início ao “fim”: O programa de pacificação (UPPs) no Jornal O Globo, nos anos de 2010 e 2016

From the beginning to the “end”: The pacification program (UPPs) in the newspaper O Globo in 2010 and 2016

CAMILA CABRAL SALLES

Institut des Stratégies et Techniques de Communication (ISTC) – Lille, França.
E-mail: camila.cabralsalles@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6585-7388>

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SALLES, Camila Cabral. Do início ao “fim”: O programa de pacificação (UPPs) no Jornal O Globo, nos anos de 2010 e 2016. **Contracampo**, Niterói, v. 44, n. 2. 2025.

Submissão em: 31/10/2024. Revisor A: 17/01/2025; Revisor B: 17/02/2025. Aceite em: 04/08/2025.

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v44i2.65206>

Resumo

Neste artigo, analisamos a dinâmica da narrativa midiática em torno das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), com base na cobertura do jornal O Globo, nos anos de 2010 e 2016. Considerando as dimensões reais e simbólicas dos textos jornalísticos e a partir da perspectiva praxiológica de Louis Quéré (1991), investigamos o papel dessa cobertura na construção do olhar social e na formulação de demandas políticas. Para isso, recorreremos à hermenêutica de Paul Ricœur (1983), a fim de compreender como as narrativas contribuem para a definição de acontecimentos, situações e ações. Os resultados indicam que as reportagens de O Globo tendem a promover uma leitura maniqueísta da realidade carioca, sobretudo no que diz respeito à violência, ao negligenciar aspectos sociais, econômicos e as causas políticas dos problemas públicos, ao mesmo tempo em que reforçam um discurso de orientação punitivista.

Palavras-chaves

UPP; Pacificação; Narrativas midiáticas; Segurança Pública, Jornalismo.

Abstract

In this article, we analyze the dynamics of media narratives surrounding the Pacifying Police Units (UPPs), based on the coverage by the newspaper O Globo in the years 2010 and 2016. Considering the real and symbolic dimensions of journalistic texts and drawing on Louis Quéré's praxiological perspective (1991), we investigate the role of this coverage in shaping social perception and the formulation of political demands. To this end, we employ Paul Ricœur's hermeneutics (1983) to understand how narratives contribute to the construction of events, situations, and actions. The results indicate that O Globo's reporting tends to promote a Manichaeian reading of Rio de Janeiro's reality, particularly regarding violence, by overlooking social, economic, and political aspects of public problems, while simultaneously reinforcing a punitive discourse.

Keywords

Peacekeeping Police Units (UPP); Peacemaking; Media narratives; Public Security; Journalism.

Introdução

Desde muito tempo, o problema da insegurança está presente na vida dos cariocas. Durante os anos 90, por exemplo, a taxa de letalidade do Estado do Rio de Janeiro atingiu o seu máximo em 1994, chegando a 64,8 mortes por 100 000 habitantes.¹ Para muitos autores, este período de extrema violência dos anos 90 poderia ser compreendido como um vestígio da ditadura militar (Lima; Ratton, 2011; Barbosa, 2016). Em 2012, o Estado conseguiu reduzir este número ao seu nível mais baixo: 28,7 mortes por 100 000 habitantes. Em partes, a redução dos índices de mortes violentas pode ser atribuída à implementação do programa de pacificação, criado no final de 2008 pelo Governo do Estado do Rio. Realizado em parceria com as três esferas do poder (federal, estadual e municipal), esse projeto de segurança pública pretendia criar uma espécie de polícia comunitária nas favelas e promover uma relação mais próxima entre a população e as forças de segurança. No papel, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) também facilitariam a implementação de serviços ligados a outros direitos fundamentais como o acesso à saúde, lazer, educação e saneamento básico.

Entre 2008 e 2018, foram implantadas 38 UPPs em diversas comunidades. O jornal O Globo — principal jornal carioca e um dos mais importantes do país — noticiou a criação da primeira UPP com o seguinte título: “Dona Marta livre dos bandidos”.² No entanto, tendo em vista o histórico de violência da cidade do Rio de Janeiro, poderíamos questionar como alguns dias de ocupação policial são suficientes para tornar a favela, como anuncia o jornal, ‘livre dos bandidos’? Quem são essas pessoas e para onde elas foram? Para começar a compreender a questão das UPPs, é preciso também pensar no contexto de sua criação. Naquela época, o Rio se preparava para receber dois dos maiores eventos esportivos do mundo: a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos e Para-Olímpicos de 2016. Em 2025, 17 anos após o lançamento do projeto, o Rio de Janeiro possui 16 UPPs. A mais recente reestruturação do programa, anunciada pela Secretaria de Segurança Pública, ocorreu em novembro de 2024, com a unificação (ou o fechamento) de 13 unidades, conforme resolução assinada pelo coronel Marcelo Menezes, secretário estadual da PM, e publicada no Diário Oficial Fluminense.³ Segundo o governo, a medida foi adotada com o objetivo de redistribuir estrategicamente as forças de segurança e reforçar o policiamento nas ruas.

Neste artigo, propomos analisar os textos publicados pelo jornal O Globo que abordam as Unidades de Polícia Pacificadora durante os três primeiros meses de 2010 e os três últimos de 2016. Desta maneira, contemplamos tanto o início promissor do projeto quanto sua decadência, marcada entre outros fatores, pela saída de José Mariano Beltrame, então secretário de Segurança Pública do Rio, e pela prisão do ex-governador Sérgio Cabral.

Nosso objetivo é refletir sobre a maneira como o jornal carioca caracterizou o programa nesse período. Dito de outra forma, segundo O Globo, quais eram os seus objetivos, para quem e por quê as UPPs foram criadas? Levantaremos estas interrogações tendo em vista que as narrativas midiáticas são o resultado de um fenômeno complexo de emaranhamento de vozes, e possuem sempre uma origem enunciativa múltipla, o que Alice Krieg-Planque (2000) e Sophie Moirand (2007) chamam de *polifonia*.

Sendo assim, buscamos investigar como os atores sociais envolvidos nessa cobertura atuam discursivamente no processo de legitimação (ou refutação) desta política de Segurança Pública. É importante salientar que a nossa proposta examina o processo de comunicação a partir da sua perspectiva

1 Fonte : Relatório *Séries históricas anuais de taxa de letalidade violenta no estado do Rio de Janeiro e grandes regiões*, Instituto de Segurança Pública (ISP), março de 2019.

2 Reportagem publicada no jornal O Globo, em 03/12/2008 (p. 12).

3 Fonte: Diário Oficial do Rio de Janeiro do dia 05 de novembro de 2024. Disponível em: https://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/mostra_edicao.php?session=VFdwck1FMUVVWVGxOUiVWM-FVWUKJOVTFETURCTIJWSKVURIJuZVU1clJYUIBWRVUwVvhWsk0xRnFaRVZOUIUxNA==&p=Nw==&tb=V-VBQJiMwMTM7. Acesso em: 11 jun. 2025.

praxiológica, seguindo a reflexão proposta por Louis Quéré (1991). Isto quer dizer, como explicam os pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (GRIS/UFMG), “a comunicação como uma ação conjugada entre sujeitos que se realiza por meio da linguagem, como um processo constituidor tanto da objetividade do mundo quanto da subjetividade dos sujeitos” (França; Simões, 2018, p. 8). Se, como afirma Vera França (2012), podemos considerar a mídia como “o espaço privilegiado no qual a sociedade fala consigo mesma, a propósito de si mesma” (França, 2012, p. 12), propomos questionar o que diz uma notícia sobre a sociedade que ela reflete. Neste sentido, o espaço midiático não deveria ser considerado sem incidência na dinâmica das nossas vidas cotidianas e nas múltiplas realidades que compõem o nosso mundo (Arquembourg, 2011; França, 2012; Berger; Tavares, 2014). Ao contrário, propomos reconhecer o papel central da mídia na sua função de organizar os processos interacionais entre os diferentes campos sociais. Isto é, como postula Fausto Neto (2008), admitir que a constituição e o funcionamento das sociedades atuais são atravessados e permeados por uma *cultura da mídia* (Fausto Neto, 2008).

Evidentemente, o espaço aberto através das narrativas midiáticas não é neutro. O processo de seleção das notícias, nos mostrando o que deve ser visto de um lado e o que pode ser silenciado de outro, implica necessariamente questões subjetivas e possui também uma dimensão normativa, moral e política (Voirol, 2005). Para Olivier Voirol, “a cena da visibilidade midiática é estruturada por uma ordem do visível que inclui tanto quanto exclui” (Voirol, 2005, p. 99 – nossa tradução)⁴. Nossa proposta seria, então, procurar entender o que estes textos jornalísticos proclamam ou tornam visíveis, mas também (e principalmente) o que parece ser silenciado e escondido.

Tendo em conta as dimensões reais e simbólicas das narrativas midiáticas, podemos nos perguntar até que ponto essas reportagens do jornal O Globo sobre as UPPs podem ter desempenhado um papel importante no processo de organização da atenção do nosso olhar e das nossas exigências políticas. A nossa hipótese é de que os textos de O Globo favorecem a compreensão da realidade de uma forma binária e maniqueísta, ou seja: o bem contra o mal, o bandido contra a polícia, a favela contra o asfalto. Consequentemente, essas narrativas tendem a simplificar os problemas da sociedade e a negligenciar as suas causas sociais, históricas, econômicas e políticas.

A insegurança como processo de leitura do mundo

Os inúmeros estudos sobre as favelas brasileiras, principalmente na área da sociologia, nos convidam a refletir sobre esta questão há muito tempo. Os trabalhos fundamentais e inovadores de Licia do Prado Valladares (2006) e Luiz Antônio Machado da Silva (2002, 2008), por exemplo, demonstram que as favelas nutrem o imaginário social e estruturam o discurso científico e midiático há mais de um século. Além disso, se refletirmos sobre a geografia peculiar do Rio de Janeiro, percebemos que a presença de favelas no meio de bairros de classe média alta aponta para o imenso contraste entre o modo de vida das pessoas mais ricas e daquelas em condição de pobreza. Outros aspectos da cultura, da história e da economia brasileira também fazem com que as questões da pobreza e da desigualdade mereçam ser analisadas de maneira mais detalhada. Para citar um exemplo, basta lembrar que o Brasil foi o último país do Ocidente a abolir a escravidão, em 1888. A história brasileira é, portanto, marcada pela violência: após a chegada dos portugueses, ou seja, dos 524 anos de história documentada, apenas 125 foram vividos fora do período de escravidão e, dentre eles, 21 em uma ditadura militar.

Tendo em vista que trataremos de um programa de segurança pública, a questão da insegurança também merece ser mencionada. Segundo Sébastien Roché (1993), o sentimento de insegurança seria um processo de leitura do mundo a partir do qual outros sentimentos são despertados. Para ele, a

⁴ No original : “la scène de visibilité médiatique est structurée par un ordre du visible qui inclut autant qu’il exclut”.

insegurança se baseia em dois pilares: a preocupação com a manutenção da ordem e o medo. O autor reflete sobre a angústia gerada pelo sentimento de insegurança como uma reação a um estímulo criado, em parte, por ele mesmo. Ao observarmos os discursos de governantes ou personalidades políticas do Rio de Janeiro, percebemos que este tipo de estratégia segue sendo utilizada para cristalizar o sentimento de insegurança como algo que tem origem em um endereço bem específico: as favelas da cidade. Tal estratégia parece ter, no mínimo, duas utilidades: (i) são discursos explorados com facilidade pela grande mídia; (ii) paralelamente, permitem que o governo siga ignorando questões mais complexas e que estão na raiz do problema da insegurança, como a pobreza, as desigualdades sociais, o racismo etc.

Ao explicar o papel exercido pelo sentimento coletivo do medo na formação da sociedade urbana após a independência do Brasil, Vera Malaguti (2003) afirma que o medo “se transfigura em sentimento, em afeto, em política econômica, em projetos de lei, em fragmentos discursivos, em cenários, em políticas sanitárias” (Malaguti, 2003, p. 8). Ou seja, o medo atravessa diversos setores da sociedade, impactando também a vida social, jurídica e política brasileira. Se antes era vinculado a insurreições de escravizados, agora ganha novas representações – ainda enraizadas, porém, nos preconceitos raciais e nas profundas desigualdades sociais que caracterizam o nosso país. Sendo assim, Malaguti explica que a difusão estratégica do medo serve como indutor de políticas autoritárias. Nessa perspectiva, Marcelo Lopes de Souza (2008) criou o termo *fobópole* para evidenciar que cidades fragmentadas socio-politicamente e geograficamente, como o Rio de Janeiro, são fobópoles por excelência. Isto porque o medo e o sentimento de se estar permanentemente em risco ganham cada vez mais espaço no debate público e se relacionam com fenômenos repressores levados a cabo pelo Estado ou pela própria sociedade civil.

A relação entre a responsabilidade do Estado na proteção dos cidadãos e as demandas da população por políticas de segurança pública eficazes nos parece um ponto particularmente relevante, pois pode funcionar como um mecanismo propulsor de programas autoritários de controle social. Além disso, este discurso se baseia em argumentos que reforçam as desigualdades e que há muitos anos ditam a forma de se fazer política no Brasil, produzindo a morte e o encarceramento da população negra e das pessoas em condição de pobreza, assim como um policiamento seletivo, influenciado e guiado por questões de classe e de cor.

Ao elaborar o conceito de necropolítica, Achille Mbembe (2006)⁵ destaca a permanência da brutalidade e da violência mesmo em contextos de governos democráticos. O autor postula que “a expressão máxima da soberania reside amplamente no poder e na capacidade de decidir quem pode viver e quem deve morrer” (2006, p. 29 – nossa tradução).⁶ Neste sentido, o conceito de necropolítica pode ser mobilizado como ferramenta de análise para refletir sobre as condições de vida (e de morte) das sociedades pós-coloniais. A partir da lógica de Mbembe, percebe-se que o Estado exerce seu poder por meio da gestão seletiva da morte, com base em critérios relacionados à raça — *motor do princípio necropolítico* (Mbembe, 2018). Consequentemente, o Estado também seleciona aqueles que deve proteger.

No Brasil, o lugar do corpo negro ou pobre é o do indivíduo perigoso, aquele que assusta. Em sua teoria do reconhecimento, Axel Honneth (1992)⁷ explica que a formação da identidade depende do reconhecimento recíproco entre os sujeitos no interior da comunidade. Segundo ele, “o desaparecimento dessas relações de reconhecimento leva a experiências de desprezo e humilhação que não podem deixar de ter consequências para a formação da identidade do indivíduo” (Honneth, 2004, p. 134 — nossa tradução).⁸ Sendo assim, uma sociedade justa seria aquela capaz de assegurar condições adequadas de

5 Neste trabalho utilizamos a tradução francesa do texto de Mbembé, publicada em 2006.

6 Em francês: “*l’expression ultime de la souveraineté réside largement dans le pouvoir et la capacité de dire qui pourra vivre et qui doit mourir*”.

7 Data da publicação da versão original, em alemão.

8 Em francês: “*la disparition de ces relations de reconnaissance débouche sur des expériences de mépris*”.

reconhecimento recíproco a todas as pessoas, permitindo que cada cidadão possa se constituir como indivíduo, com sua identidade reconhecida e legitimada.

Se nos referirmos mais uma vez a Roché (1993), para quem o sentimento de insegurança pode ser visto como um processo de leitura do mundo, podemos observar que essa leitura é tendenciosa e inclui a maneira como percebemos o *outro*. Tal modo de ver o mundo e de fazer política, principalmente nas áreas de justiça e de segurança pública, reforçam as desigualdades e o racismo estrutural e definem, de certo modo, a atuação policial pautada por uma distinção entre quem será, na prática, parado, revistado e detido (Ramos; Musumeci, 2005; Souza, 2008). Quando a humanidade do *outro* é negada, toda forma de violência torna-se possível — agressão, encarceramento e morte.

De acordo com o anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) de 2023, o total de pessoas negras encarceradas no sistema penitenciário brasileiro atingiu 69,1%⁹ — o maior percentual já registrado desde o início da série, em 2005. Considerar e compreender o sentimento de insegurança como um processo de leitura do mundo, assim como os atravessamentos do racismo na sociedade brasileira, pode ser uma pista para reverter e combater o tratamento jurídico-político destinado à população negra em nosso país. O relatório também indica constâncias: quando observamos o permanente aumento das pessoas encarceradas, de 2000 a 2023, podemos deduzir que questões e conflitos sociais podem estar sendo tratados apenas de forma penal, naturalizando ainda mais a punição de uma parte da população. Neste sentido, seria preciso mudar a forma com que tratamos as questões sociais, diminuindo o foco dado a soluções punitivistas e passando a pensar em medidas públicas capazes de levar em conta as características políticas dos conflitos sociais (Ramos; Musumeci, 2005; Malaguti, 2003). Ou, como afirma Marcelo Lopes de Souza (2008), implementar uma política de segurança pública que não seja “apenas ou imediatamente política de segurança pública, mas sim uma política de desenvolvimento socio-espacial na e da cidade, concebida e implementada nos marcos de esforços de mudança socio-espacial” (Souza, 2008, p. 50).

Ao refletirmos sobre a cobertura midiática de programas de segurança pública — como é o caso, neste trabalho, com o projeto das UPPs —, estamos pensando em como o discurso sobre insegurança, medo e violência se faz presente na realidade do Rio de Janeiro por meio da atuação da mídia. Ademais, a sensação de medo generalizado pode nos ajudar a entender a importância atribuída ao projeto de pacificação pelo jornal O Globo desde a inauguração das primeiras UPPs. Não se trata de considerar que os sentimentos de medo e insegurança não existam na realidade e no cotidiano dos cidadãos brasileiros, apenas de salientar que a maneira como eles se tornam visíveis nas democracias contemporâneas depende, em grande parte, da maneira como são abordados, descritos e qualificados no debate público em geral e nas narrativas midiáticas em particular. Como descrito por Jocelyne Arquembourg (2005), ao nos contar “o que acontece”, as reportagens “condicionam a vida coletiva” (2005, p.30) e também ordenam, de certa forma, a direção para futuras ações públicas. A atualidade, ou a maneira como experimentamos os *quadros do mundo*, como afirma Wilson Gomes, é função do jornalismo (Gomes, 2009). Neste sentido, a interlocução entre os conceitos de Mbembe e Roché, no âmbito dos estudos em comunicação, permite refletir sobre a maneira como as narrativas midiáticas podem reproduzir tanto o sentimento de medo generalizado quanto o poder necropolítico, ao mesmo tempo em que reforçam soluções de cunho punitivista.

et d'humiliation qui ne peuvent être sans conséquences pour la formation de l'identité de l'individu”.

9 Fonte: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em: 21 out. 2024.

Metodologia

Como já deixamos claro, trabalharemos com a noção de narrativa midiática sem esquecer que o fato, ancorado na realidade, e a sua versão narrativa, nos meios de comunicação, são duas esferas indissociáveis para a compreensão dos acontecimentos. Além disso, buscamos com este artigo salientar a necessidade de documentar a *mise en récit* proposta pelo jornal O Globo sobre o projeto político das Unidades de Polícia Pacificadora em uma janela temporal de seis anos. Assim, se nosso objetivo é tentar entender determinadas questões sociais em termos de sua *mise en scène* no debate público, estamos também questionando o papel da mídia em uma democracia, dada a sua importância no processo de divulgar e narrar tais acontecimentos. Por isso, postulamos que o papel destes agentes é igualmente essencial quando tentamos entender as demandas e as reivindicações formuladas pelos cidadãos.

Recorremos também a Paul Ricœur (1983) que, no escopo de sua hermenêutica, leva em conta a maneira com que as narrativas participam na definição dos acontecimentos, situações e ações. Ao contar *o que aconteceu*, essas narrativas ordenam de certa forma a direção das ações públicas a serem tomadas. Nossa tentativa consiste em incorporar a hermenêutica de Ricœur à análise dos fenômenos de midiatização uma vez que é da essência do pensamento hermenêutico o confronto dialético entre texto e contexto, podendo também, para nós, estar presente nas articulações entre mídia e sociedade. Nesse sentido, adaptando a proposição de Ricœur para estudos midiáticos, admitimos pensar a relação mídia-receptor como algo mais complexo do que as concepções que se apoiam apenas em uma lógica causal. Isto quer dizer que existe um trabalho de recomposição da narrativa a ser feito pelo leitor – trabalho que não deve ser negligenciado.

Para este artigo, analisamos os textos sobre o projeto de pacificação publicados pelo jornal O Globo nos três primeiros meses de 2010 e nos três últimos meses de 2016. Fundado em 1925, O Globo é o jornal diário de maior prestígio do Rio de Janeiro, ocupando lugar de destaque entre os principais jornais do país, e integra o maior grupo de mídia e comunicação do Brasil. Segundo o site da Infoglobo, o jornal possui circulação de 286.944 exemplares nos dias úteis, e alcança mais de 350.000 aos domingos (circulação impressa).¹⁰ Seus leitores são, majoritariamente, homens (52%) com ensino superior e pertencentes às classes A e B (65%).¹¹ Em artigo onde reflete sobre as mudanças no ecossistema da comunicação e da informação, Viktor Chagas (2019) aponta uma particularidade do mercado de mídia impressa na cidade do Rio de Janeiro: “O mercado de jornais impressos na cidade é simultaneamente um dos mais fornidos e um dos mais monopolizados, já que um único *quality paper*¹² o abastece, o jornal O Globo, [...] ao passo que pelo menos cinco jornais impressos circulam pela capital” (Chagas, 2019, p. 34).

Em documento chamado *Princípios editoriais das Organizações Globo*, o grupo reconhece que todo veículo de comunicação possui uma responsabilidade social. Nele, encontramos também a sua definição de jornalismo:

Conjunto de atividades que, seguindo certas regras e princípios, produz um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas. [...] O jornalismo é aquela atividade que permite um primeiro conhecimento de todos esses fenômenos, os complexos e os simples, com um grau aceitável de fidedignidade e correção, levando-se em conta o momento e as circunstâncias em que ocorrem. É, portanto, uma forma de apreensão da realidade (Marinho; Marinho e Marinho, 2011, grifo nosso).¹³

10 Fonte: <https://www.infoglobo.com.br/Anuncie/ProdutosDetalhe.aspx?IdProduto=91>. Acesso em: 31 out. 2024.

11 Fonte: <https://www.infoglobo.com.br/Anuncie/ProdutosDetalhe.aspx?IdProduto=91>. Acesso em: 31 out. 2024.

12 Neste mesmo texto, Chagas define o termo *quality paper* como títulos mais caros e de maior cobertura, destinados às classes A e B (Chagas, 2019, p. 34).

13 Marinho, Roberto Irineu; Marinho, João Roberto et Marinho José Roberto. Princípios editoriais do Gru-

Essa *forma de apreensão da realidade* descrita por O Globo como uma das características do jornalismo nos parece interessante. Mesmo se não buscamos, neste trabalho, traçar um perfil do jornal, nem analisar propriamente sua linha editorial ou seu *ethos* discursivo (Maingueneau, 1999, 2016; Amossy, 2022), defendemos que a maneira com que O Globo apresenta e caracteriza o projeto de pacificação ao longo dos anos também pode ser estudada de forma mais ampla, com discussões que procurem relacionar políticas de segurança pública e questões de cidadania, elementos que nos ajudarão a discutir os resultados da pesquisa nas próximas páginas.

Quanto ao período analisado, nosso *corpus* se justifica da seguinte forma: janeiro, fevereiro e março de 2010 marcam a consolidação da política de pacificação, pois, pouco mais de um ano após o lançamento da primeira unidade, a cidade do Rio já contava com sete UPPs. Além disso, a expectativa e a confiança da população carioca no projeto de pacificação tornavam-se cada vez mais evidentes e o Rio havia sido confirmado como sede dos Jogos Olímpicos e Para-Olímpicos de 2016.¹⁴ Para ilustrar essa efervescência, podemos citar a capa do jornal O Globo no primeiro dia do ano de 2010, marcada pelo título: “O réveillon da pacificação”.¹⁵

Por outro lado, nos três últimos meses de 2016, dois episódios importantes marcam a vida política da cidade: em outubro, o pedido de demissão do secretário de Segurança Pública do Rio, José Mariano Beltrame, considerado como o símbolo das UPPs; em novembro, a prisão de Sérgio Cabral, ex-governador do Rio, criador do projeto de pacificação, que havia governado o Estado de 2007 a 2014. Ao todo, foram analisadas 165 publicações — 100 referentes ao período de 2010 e 65 ao de 2016 —, incluindo reportagens publicadas em diferentes editorias do jornal, bem como artigos de opinião, editoriais e colunas.¹⁶ Em nossas análises, buscamos identificar os eixos de sentido que caracterizam a cobertura das UPPs no jornal O Globo em cada recorte temporal selecionado.

Resultados e discussão - o período de 2010

Como mencionamos, a primeira UPP foi inaugurada no final de 2008, mas foi em 2010 que o programa de pacificação tornou-se, de fato, a política de segurança pública prioritária e o *carro-chefe* do governo. Durante esse mesmo ano, outras dez Unidades de Polícia Pacificadora foram inauguradas. Neste trabalho, as primeiras matérias analisadas tratam da tradicional festa de Réveillon, organizada pelo governo do Rio. Na capa do jornal O Globo, uma foto de meia página dos fogos de Copacabana vistos da favela Pavão-Pavãozinho, recém pacificada.¹⁷

Outras reportagens desta mesma edição corroboram o tom de otimismo adotado pelo jornal. Em uma das notícias, O Globo afirma: “No Pavão-Pavãozinho, a festa da integração” (p. 11). No texto, entrevistas com turistas estrangeiros e brasileiros que haviam “subido o morro” e aproveitavam a vista privilegiada da comunidade. Além deles, apenas uma moradora foi entrevistada, afirmando que a sensação de insegurança havia de fato diminuído com a chegada da UPP, na semana anterior. Podemos, no entanto, falar de “integração”, como faz O Globo? O subtítulo nos fornece mais indícios: “Comunidade, recentemente pacificada, é tomada por turistas que aproveitaram a vista privilegiada das lajes”. Sendo assim, ao dar voz apenas a uma moradora e celebrar essa precoce “integração” em seu discurso, não é difícil perceber o que, de fato, o jornal carioca está exaltando. O que é destacado (e celebrado) como

po Globo. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html#principios-editoriais>. Acesso em: 22 out. 2024.

14 A decisão foi divulgada em Outubro de 2009.

15 Reportagem publicada no jornal *O Globo*, em 01/01/2010 (capa).

16 Os textos publicados nos cadernos de bairro (Zona Sul, Barra, Tijuca e Zona Norte e Niterói), além da seção “Carta dos Leitores”, não foram analisados.

17 A UPP Pavão-Pavãozinho havia sido inaugurada poucos dias antes, em 23/12/2009.

“integração” não é o fato de as favelas (e seus moradores) estarem assumindo um papel de maior protagonismo no desenvolvimento da cidade, mas a ideia de que agora turistas podem circular por estes espaços. Dito de outra forma, é o *asfalto* que ganha acesso às comunidades e não a favela que passa a ser vista como parte integrante da cidade.¹⁸

Ao longo dos três primeiros meses de 2010, muitas matérias do jornal O Globo reproduziram a euforia que cercava o projeto de pacificação, mesmo que ainda fosse cedo para uma avaliação objetiva do programa. Este entusiasmo se reflete, por exemplo, na quantidade de matérias de página inteira dedicadas ao projeto (26 no total) e na escolha de seus títulos: “Favelas do Rio aprovam e querem UPP” (21/02/2010); “O elogio das UPPs” (21/02/2010), “Favelas viram as grandes estrelas” (14/02/2010); “Dona Marta: a favela show” (10/02/2010); “À espera da UPP” (14/03/2010). No entanto, para que os resultados e as consequências de uma política pública possam ser avaliados, é preciso tempo. Em 2010, os elementos fundamentais para a realização de uma investigação — mesmo se considerarmos esse termo no sentido dado por John Dewey, segundo o qual a investigação seria a principal ferramenta para regular as atividades sociais problemáticas — ainda não estavam operacionais. Ou seja, as consequências e o cumprimento (ou não) das promessas feitas pelas autoridades públicas não poderiam ser analisadas com rigor. Vale lembrar que o projeto de pacificação, no papel, iria muito além da instalação de UPPs em comunidades.

Para justificar tal defesa das UPPs, identificamos três grandes argumentos que parecem se destacar e se repetir na narrativa de O Globo neste período. São eles: 1) a *magia* das UPPs; 2) a produtividade policial e 3) o silenciamento das críticas. 1) *A magia das UPPs*

Uma das primeiras características que podemos destacar nesta parte do nosso *corpus* é, justamente, o que identificamos como a *magia* das UPPs. Em muitos textos, o tom adotado era o de tratar o problema da segurança pública no Rio como algo já pertencente ao passado. Ainda que, ao longo das últimas décadas, o Rio de Janeiro tenha se tornado mundialmente conhecido pela dramática contradição entre sua beleza natural e seus elevados níveis de violência (Schneider; Montenegro, 1990; Cano et. al, 2012), a cada inauguração de uma Unidade de Polícia Pacificadora, o problema era tratado como solucionado. Esta estratégia esteve presente desde a inauguração da primeira UPP, no morro Dona Marta, em 2008, e continuou sendo explorada em 2010. A narrativa jornalística, portanto, sugeria que a questão da insegurança era resolvida instantaneamente com a chegada da UPP — quase como num passe de mágica —, negligenciando o fato de que a promessa do programa de pacificação ia muito além da simples presença policial nos morros da cidade.

No início de 2010, o nome de José Mariano Beltrame, secretário de Segurança Pública do Rio, apareceu como um dos indicados ao prêmio *Faz Diferença* — iniciativa de O Globo que homenageia brasileiros que contribuíram para o avanço do país. No texto:

Quem ouve José Mariano Beltrame conversando com moradores dos morros do Chapéu Mangueira e Babilônia não imagina que ele é o secretário de segurança do Estado. Após seis meses da implantação da UPP do Leme, para aqueles 6 mil moradores — que viveram por mais de 20 anos sob o domínio de armas — *segurança é assunto do passado*.¹⁹ (grifo nosso)

Esta mágica das UPPs, capaz de tornar o problema da insegurança como um *assunto do passado*, era um ponto muito explorado pelo poder público. Da mesma forma, tal argumento aparece constantemente nas reportagens de O Globo nestes primeiros anos. Ao mesmo tempo em que reforça o discurso político do governo do Estado do Rio, tratando o problema da insegurança como já solucionado, o jornal carioca ignora e silencia os questionamentos dos moradores das favelas, que reivindicavam seus

18 Neste sentido, as favelas continuam sendo vistas como um espaço que ameaça a organização social da cidade (Machado da Silva, 2002).

19 Reportagem publicada no jornal O Globo, em 23/01/2010 (p. 2).

direitos e uma política que vá além da mera presença policial.²⁾ A produtividade policial

Um segundo argumento em defesa das UPPs, identificado na narrativa do jornal O Globo, se apoia no grande número de reportagens sobre a apreensão de armas e drogas nos territórios agora pacificados. Estes discursos corroboram a chamada política da *guerra às drogas*, e as estatísticas apresentadas — referentes à apreensão de entorpecentes, armas e ao número de prisões efetuadas — servem como prova do eficiente trabalho da polícia. Nos três primeiros meses de 2010, 17 matérias mencionam a apreensão de armas/drogas em seus títulos, como por exemplo: “PM apreende armas e drogas no Pavão” (08/01/2010), “Polícia apreende armas no Pavão Pavãozinho” (11/01/2010), “Pavão Pavãozinho teria outro túnel” (19/01/2010), “Mais armas são apreendidas no Pavão Pavãozinho” (23/01/2010), “Espadim e granada são apreendidos no Cantagalo” (04/02/2010) ou “PMs apreendem crack na Cidade de Deus” (11/02/2010). No corpo do texto, o jornal ressalta as estatísticas fornecidas pela Secretaria de Segurança do Rio, como no seguinte exemplo: “Segundo a Secretaria de Segurança, entre nov/2008 e nov/2009, o número de homicídios diminuiu de 34 para 6, os autos de resistência de 20 para 2, a apreensão de drogas aumentou de 56 para 364 e o número de prisões subiu de 58 para 185”.²⁰ Ou seja, a relação de causa e efeito estabelecida entre a diminuição do número de mortes e o aumento da apreensão de drogas e armas nas favelas — além das prisões efetuadas — contribui para criar, no imaginário social, soluções simplistas e ineficazes para questões muito mais complexas. Como discutido nas primeiras páginas deste texto, a história do Brasil é atravessada por diferentes formas de violência e, como indica Tavares dos Santos: “a violência é fundadora de uma sociedade hierárquica, desigual e dividida, atingindo mais alguns grupos sociais do que outros” (Tavares dos Santos, 2014, p.20).

Como já pontuado por diversos trabalhos na área de segurança pública (Machado da Silva (org.), 2008; de Lima et al. (orgs), 2014; Soares, 2006; Ramos; Musumeci, 2005), essa política baseada na guerra contra as drogas não deveria ser considerada a solução do problema da violência, pois condena de maneira muito mais severa e cruel, a parte da população mais vulnerável da cidade. Ainda assim, esse tipo de política continua ocupando um lugar privilegiado no discurso de O Globo, longe de toda e qualquer reflexão crítica. Por um lado, estas narrativas podem corroborar a ideia de que a eficácia da polícia seria medida por sua *produtividade*, ou seja, pelo número de prisões e apreensões de drogas e armas efetuadas (Soares, 2006, 2019). Por outro, no imaginário popular, essa noção pode se transformar em uma relação simplista, que busca localizar a ameaça em um lugar específico, reforçando a percepção de que uma das formas da violência urbana se caracteriza pela criminalização da pobreza (Castel, 2003; Campos, 2008). De todo modo, em ambos os casos, quem paga o preço mais alto são os moradores das favelas e periferias.

3) O silenciamento das críticas

A terceira estratégia narrativa identificada nesta parte do nosso *corpus* diz respeito ao silenciamento das críticas às UPPs e ao esquecimento das questões sociais. Desde 2010, percebemos, no discurso direto dos poucos moradores das favelas, reclamações quanto à postura dos policiais ou à falta de investimentos em outros setores, como educação, lazer, saúde, saneamento básico, entre outros. A inauguração da primeira UPP da Tijuca é um bom exemplo. Enquanto o título de O Globo afirma que os moradores “do asfalto e das favelas contam as horas”²¹ para a chegada do programa de pacificação no bairro, a fala do presidente da associação comercial e industrial da Tijuca lembra que apenas a instalação de uma unidade de polícia pacificadora não é suficiente. Direitos como saúde, educação e lazer — que também faziam parte do projeto — eram cobrados com frequência por representantes de associações. No entanto, essas reclamações não encontravam eco nas matérias de O Globo: não eram problematizadas, apuradas nem questionadas pelos jornalistas. Não havia continuidade às denúncias, tampouco cobrança junto ao governo sobre esses direitos prometidos, mas ainda distantes. São nessas falas que surgem os

²⁰ Reportagem publicada no jornal O Globo, em 02/01/2010 (p. 18).

²¹ Reportagem publicada na capa do jornal O Globo, em 14/03/2010.

contrapontos ao que era apresentado como a *magia da pacificação*.

A presença de policiais em algumas favelas da cidade não poderia ser o único elemento de uma política pública cujo objetivo fosse garantir uma vida digna aos cidadãos. E, de fato, desde o início do projeto, observamos essa cobrança por mais direitos e por uma melhor qualidade de vida nas falas dos moradores. No entanto, percebemos também que o discurso jornalístico não se apropriava destas reclamações para, em seguida, questionar o poder público, que se mantinha calado quanto ao momento em que a *UPP social* seria, de fato, implementada. Em artigo publicado em 2017, no qual analisa a relação entre periferia e jornalismo, Mônica Sousa utiliza o termo *dislexia discursiva* para explicar esse falar superficial (Sousa, 2017). Segundo a autora, “a *dislexia discursiva* (...) não é o apagamento, mas a discrepância proposital da fala do outro, que a faz assemelhar-se ao ruído” (Sousa, 2017, p. 110).

Cabe mencionar também que, nem sempre, o discurso dos moradores das favelas pacificadas ganhava espaço nas publicações. Excluindo os formatos em que, tradicionalmente, não há lugar para entrevistas ou discursos diretos (como colunas sociais e artigos de opinião), as falas dos moradores das comunidades pacificadas aparecem em apenas 17 matérias nos três meses analisados, sendo mais frequentes em janeiro. Ou seja, na grande maioria das reportagens, os moradores das favelas — os mais afetados pela chegada das UPPs — sequer eram ouvidos pelo jornal carioca.

O período de 2016

Ao contrário de 2010, em 2016 podemos observar uma real crítica ao projeto de pacificação. Os problemas estruturais do que era considerado como a *nova polícia* emergem e a crise das UPPs é frequentemente citada por especialistas, moradores das favelas e pelos próprios policiais. Além disso, o jornal trazia estatísticas destacando o aumento da violência e do número de mortes em operações da polícia. Por isso, frases e expressões como “Apesar da crise do modelo de pacificação”, “Com o enfraquecimento das UPPs”, ou mesmo “A lua de mel da sociedade com as UPPs começou a fazer água”, aparecem de forma explícita. Os títulos das matérias também evocam a degradação do projeto de forma direta: “Para especialista, insegurança cresce devido à crise e à falha em UPPs” (15/10/2016), “UPP, o colapso do sonho de paz” (15/10/2016), “Santa Teresa ainda vive clima de medo” (03/10/2016), “Tráfico aterroriza a Zona Sul” (11/10/2016), “Explosão de violência” (12/10/2016), “O terror das balas perdidas de volta” (28/10/2016), “Derrota completa” (24/11/2016), “Rio chega ao caos” (25/11/2016), “A escalada do crime” (23/12/2016), entre outros.

A prisão do ex-governador Sérgio Cabral, idealizador do projeto de pacificação, em 17 de novembro, também evidencia a degradação da situação administrativa do Rio de Janeiro e a atmosfera de convulsão política vivida no Estado.²² Suspeito de receber milhões em propina para facilitar contratos públicos — como a concessão de obras da reforma do Maracanã para a Copa de 2014 —, Cabral foi acusado de liderar esquemas de corrupção envolvendo diversas empreiteiras. Assim como fizemos ao analisar o ano de 2010, identificamos três pontos que caracterizam a crise das UPPs na narrativa de O Globo em 2016. São eles: 1) a explosão da violência; 2) a polícia que amedronta e 3) o pedido de demissão de José Mariano Beltrame.

1) A explosão da violência

Em 2016, a violência volta a ser tratada como um grave problema da cidade. Com frequência, O Globo aborda esta questão, apoiando-se também em estatísticas divulgadas por órgãos de pesquisa. Por exemplo, em reportagem publicada no início do mês de outubro, o jornal indica que, em 2015, 645 pessoas haviam sido mortas durante operações policiais no Estado do Rio (média de 1,7 por dia). Em 2016, apenas até o fim do mês de agosto, este número já se elevava a 547 mortes (média de 2,6 por

²² Vale lembrar que, na mesma semana, Anthony Garotinho, outro ex-governador do Rio, também havia sido preso, acusado de fazer parte de esquema de compra de votos.

dia).²³ Percebemos, então, que a narrativa do jornal carioca passa a se concentrar na violência desmedida que aterroriza os moradores do Rio e que, agora, já não era mais considerada como algo do passado. Ao contrário, reportagens que apontavam a insatisfação dos próprios policiais — os quais relatavam não ter controle sobre todo o território pacificado — evidenciavam a crise do programa. Em matéria do dia 02/10, cujo título dizia “O que os PMs têm na cabeça?”, um policial da UPP dos Tabajaras afirma: “não sou o único, a maioria não aguenta mais. Não temos condições de patrulhar boa parte da favela. Ano passado, eu e um colega estávamos saindo do plantão quando alguém deu um tiro de pistola em nossa direção. Se eu morrer, a sociedade vai chorar por mim?”.²⁴ De fato, com o fim dos eventos esportivos, a falta de investimentos no projeto de pacificação tornou-se mais evidente e colocou os policiais em uma posição ambígua — de carrascos e, ao mesmo tempo, vítimas — na qual, muitas vezes, eles próprios se sentiam abandonados pelo poder público.

A relação entre a falência do projeto de pacificação e o aumento da violência também aparece mais explicitamente nos títulos de O Globo, como podemos observar através dos seguintes exemplos: “Para especialista, insegurança cresce devido à crise e a falha em UPPs” (11/10/2016, p. 10), “UPP, o colapso do sonho de paz” (15/10/2016, p. 17), “Medo ganha força com boatos sobre tiroteios e ataques à UPPs” (21/11/2016, p. 11). O retorno dos sentimentos de insegurança e de medo começa, então, a aparecer de forma categórica e generalizada. No início de novembro, O Globo alerta:

Os cariocas se viram ontem em meio a um clima de guerra em quatro regiões da cidade. Um soldado da UPP coroa-fallet-fogueteiro morreu [...] em Santa Teresa. Na Pavuna, bandidos invadiram uma pista da Dutra para roubar caminhões e seguranças reagiram: no confronto, 3 pessoas foram feridas. Em Inhaúma, assaltantes e PMs se enfrentaram em frente a uma creche [...] e em Copacabana e Ipanema, houve tiroteio durante uma nova operação nos morros Pavão e Cantagalo.²⁵

Essa explosão de violência também ganha destaque, pois perdura e volta a atingir todas as partes da cidade, incluindo a zona sul. Em 11 de outubro, em matéria de capa, O Globo informa que o “Tráfico aterroriza a Zona Sul” e, em dezembro, a situação era praticamente a mesma: “Fim de semana de confrontos assusta zona Norte e Sul” (19/12/2016, p. 7). Mesmo na UPP do Dona Marta, primeira favela pacificada²⁶ e considerada como exemplo a ser seguido, os sinais do desgaste do projeto eram evidentes. Em matéria de página inteira, O Globo anuncia: “A incerteza exposta na vitrine das UPPs” (16/10/2016, p. 27). Poucos dias depois, o jornal relata mais um ataque à UPP de Botafogo: “Considerada modelo de sucesso entre as UPPs, a UPP do morro Dona Marta, em Botafogo – primeira a ser implantada na cidade – foi alvo de violência dos bandidos ontem. [...] O clima na região ficou tenso”.²⁷ 2) A polícia que amedronta

Ademais, aquilo que era anunciado como o grande diferencial das UPPs — ou seja, a boa relação entre policiais e moradores — já não podia mais ser confirmado. Ao contrário, o que emergia nos discursos dos moradores era o medo da polícia. Relatos de que policiais das UPPs subiam o morro atirando, desrespeitavam a população local, invadiam casas e usavam da violência no cotidiano ganharam destaque. Segundo pesquisa de Leonarda Musumeci publicada na coluna do Ancelmo Gois em 13 de outubro, para 60% dos policiais das UPPs, os moradores das comunidades nutriam por eles um sentimento negativo, muitas vezes de ódio. Ou seja, o que era para ser um dos princípios fundadores da polícia de proximidade, o diferencial das UPPs e sua ‘marca de fábrica’, não mais se sustentava. No fim de novembro, um episódio marca esta relação. Um helicóptero da polícia é derrubado em Jacarepaguá durante confronto entre

23 Reportagem publicada no jornal O Globo, em 02/10/2016 (p. 40).

24 Reportagem publicada no jornal O Globo, em 02/10/2016 (p. 40).

25 Reportagem publicada no jornal O Globo, em 01/11/2016 (p. 14).

26 Pacificada em novembro de 2008.

27 Reportagem publicada no jornal O Globo, em 23/11/2016 (p. 15).

traficantes, milicianos e policiais, provocando a morte de quatro policiais. No dia seguinte, os corpos de sete moradores da favela pacificada Cidade de Deus, segunda comunidade carioca a receber UPP, foram encontrados com aparentes sinais de execução. A hipótese de uma vingança policial foi imediatamente mencionada. O assassinato desses jovens evidencia que o projeto de pacificação já não se baseava nos princípios do policiamento de proximidade. Ao contrário, o perigo vinha também dos policiais fardados, que atuavam na suposta pacificação do território. Em sua coluna, a jornalista Flávia Oliveira resume a situação:

Tudo o que deu errado na segurança ficou exposto. *O programa das UPPs não entregou a polícia de proximidade que prometera*. O governo deixou de combater as milícias e elas cresceram. *O modelo de guerra às drogas não foi alterado*. As promessas que entusiasmaram a sociedade não se realizaram. Ficou tudo muito claro no final de semana. Esse caldeirão ainda inclui a crise de desemprego e renda, à falência do Estado (Oliveira, 2016, p. 8, grifo nosso).²⁸

Com isso, após um período marcado pela *magia* das UPPs, voltamos a observar, nas matérias de O Globo, uma forte e contínua presença do sentimento de medo generalizado, cuja origem estava também na própria atuação da polícia. 3) O pedido de demissão de José Mariano Beltrame

Finalmente, o terceiro indicador da decadência do projeto de pacificação é a saída de José Mariano Beltrame do cargo de secretário de Segurança Pública. A informação de que ele havia pedido demissão começou a circular no dia 12 de outubro e, a partir desse momento, passou a ocupar muitas páginas do jornal. O tom era melancólico. No dia do anúncio, com uma narrativa extremamente personalizada e em matéria de página inteira, O Globo trazia informações sobre Beltrame e o projeto de pacificação. Muitas pessoas foram convidadas a escrever sobre ele e tradicionais colunistas do jornal também se posicionaram. Ancelmo Gois iniciou seu espaço com a frase “Obrigado por tudo, Beltrame” (p.13), e defendeu que todos os cidadãos do Rio lhe deviam um reconhecimento eterno por ter indicado o bom caminho para a pacificação. Neste mesmo dia, o cineasta Caca Diegues escolheu o seguinte título: “Um herói público” (p.15). Pouco depois, o jornalista Arnaldo Jabor, escrevendo sobre a saída do secretário, afirmou que Beltrame foi “o mais competente líder contra o crime que tivemos até hoje”.²⁹

Percebemos, então, que a saída de Beltrame provocou intensa comoção na redação do jornal carioca. Durante muitos dias o assunto veio à tona, ganhando destaque nas edições de O Globo. Em entrevista publicada no dia 14 de outubro, em formato *ping-pong*,³⁰ Beltrame afirma que o propósito da UPP foi cumprido:

Jornalista: Qual a sua avaliação sobre o resultado das UPPs?

Beltrame: Foi um ganho extraordinário para o Rio. Algumas pessoas se manifestaram dizendo que as UPPs estão com problemas. O propósito da UPP foi cumprido. Ela descortinou áreas que estavam com o crime organizado e, de certa forma, intimou o município, o Estado, a União, a sociedade organizada, a se unirem para selar a paz. [...] a paz não pode ser resumida a ações policiais. A UPP intimou o Estado a exercer o seu dever.

Jornalista: Intimou?

28 Publicada no jornal O Globo, em 24/11/2016 (p. 8).

29 Reportagem publicada no jornal O Globo, em 25/10/2016 (Segundo Caderno, p. 6).

30 Jargão no meio jornalístico para caracterizar entrevistas do tipo *pergunta/resposta*.

Beltrame: Sim, mas não aconteceu.³¹

Portanto, como reconhece Beltrame, o dever do Estado de garantir direitos básicos aos moradores das comunidades “não aconteceu”. Se a promessa, no lançamento do projeto, era instaurar a paz e trazer dignidade aos moradores das favelas, a realidade do Rio de Janeiro em 2016 apontava para outra direção, com tiroteios frequentes e números que indicavam o aumento da violência. Longe de cumprir seu papel de forma perene e estável, o programa de pacificação não conseguiu acabar com a situação de precariedade de muitas comunidades com UPPs, tampouco implementar a chamada ocupação social, integrando a política de segurança pública às necessidades dos moradores e garantindo seus direitos civis e políticos.

Considerações finais

Neste estudo, observamos que as UPPs foram apresentadas pelo jornal O Globo, tal como anunciado pelo governo do Rio, como o programa que representaria a retomada, por parte do Estado, de territórios dominados por grupos criminosos, permitindo também a entrada de outros serviços públicos nas comunidades. Como demonstramos, desde a inauguração da primeira Unidade de Polícia Pacificadora, a narrativa do jornal O Globo já apresentava fortes indícios de apoio ao projeto, ainda que, a nosso ver, fosse necessário mais tempo para avaliar a eficácia daquela que era considerada a política *carro-chefe* da segurança pública do governo. Além disso, a escolha editorial do jornal, no que diz respeito às vozes que seriam silenciadas ou, ao contrário, exaltadas, torna-se rapidamente perceptível.

A *geografia* das UPPs também merece destaque. Desde o início, a escolha das favelas que receberiam Unidades de Polícia Pacificadora não foi aleatória, tampouco seguiu uma estratégia em que a prioridade fosse determinada pela redução dos índices de violência nas áreas de maior risco. Ao contrário, a distribuição geográfica das UPPs parece ter sido orientada pela proteção da zona sul da cidade — área mais rica e turística — e pela criação de um cinturão nos arredores do estádio do Maracanã. Assim, podemos supor que o princípio norteador da seleção dos territórios pacificados não foi a redução da insegurança onde ela era mais crítica, nem o resgate da cidadania para as populações que mais sofriam com a falta de direitos e infraestrutura, como havia sido anunciado.

Quando a sociedade — inclusive a mídia — torna um cidadão invisível, ela também o impede, de certa forma, de desenvolver sua identidade. Em outras palavras, como nos ensina Axel Honneth com seu paradigma do reconhecimento, a formação da identidade individual baseia-se na necessidade de reconhecimento recíproco. É por isso que a construção da identidade é, necessariamente, um processo social: uma experiência de interação entre o indivíduo e a comunidade (Honneth, 2004). No caso do Brasil — marcado pelo passado colonial e por uma história atravessada pela violência —, percebemos que políticas públicas muitas vezes reproduzem um *modus operandi* bélico e operam como dispositivos necropolíticos (Mbembe, 2018). A necropolítica refere-se à política da morte exercida pelo Estado; não se trata de um episódio, tampouco de uma exceção: é a regra³². Refletir sobre essas questões por meio das narrativas midiáticas significa compreender o jornalismo como base da nossa *vitalidade democrática* (Karam, 2009). Por fim, se considerarmos a insegurança como um processo de leitura do mundo (Roché, 1993), não é surpreendente que as respostas exigidas pela sociedade carioca se baseiem na necessidade de dar mais poder à polícia. Se a maneira como vemos o mundo é marcada pelo medo do outro, nossas demandas políticas também tenderão a seguir essa mesma direção.

Nossa análise aponta que as reportagens de O Globo tendem a favorecer uma compreensão

31 Reportagem publicada no jornal O Globo, em 14/10/2016 (p. 11).

32 Vale lembrar, por exemplo, a entrevista do então governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, em 2018, sobre as orientações relativas ao *modus operandi* policial: “A polícia vai fazer o correto: vai mirar na cabecinha e... fogo! Para não ter erro”. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes/a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo-diz-novo-governador-do-rio/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

maniqueísta da realidade carioca, especialmente no que se refere à violência, ao negligenciarem os aspectos sociais, econômicos e as causas políticas dos problemas públicos. Frequentemente, as matérias que abordam episódios de violência são construídas narrativamente como fatos isolados. Os debates sobre as dimensões sociais associadas a esses acontecimentos recebem pouca atenção, enquanto o discurso punitivista é reforçado. (Malaguti, 2003; Souza, 2008). Percebemos que a divisão entre nós *versus* eles, favela *versus* asfalto, que se atualiza nos discursos midiáticos, não é neutra. Os papéis de cada indivíduo, distribuídos estrategicamente, fazem com que, no senso comum, a ameaça seja sempre associada a um lugar específico — fazendo das favelas o lugar da violência. Da mesma forma, a proteção do Estado se orienta para outras direções. Portanto, para construirmos uma narrativa jornalística mais humana e menos *dislética*, utilizando o termo empregado por Sousa (2017), parece-nos imprescindível repensar as práticas do jornalismo, tornando-as mais pluralistas e (a)efetivamente vinculadas à responsabilidade social dessa profissão.

Referências

AMOSSY, Ruth. La notion d'éthos : faire dialoguer l'analyse du discours selon D. Maingueneau et la théorie de l'argumentation dans le discours. **Argumentation et Analyse du Discours**, n. 29, 2022. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aad/6869>. Acesso em: 22 out. 2024.

ARQUEMBOURG, Jocelyne. Comment les récits d'information arrivent-ils à leurs fins?. **Réseaux**, vol. 132, n. 4, p. 27-50, 2005.

ARQUEMBOURG, Jocelyne. **L'événement et les médias. Les récits médiatiques des tsunamis et les débats publics (1755-2004)**. Paris: Éditions des archives contemporaines, 2011.

BARBOSA, Antonio Rafael. Les études sur la violence et la criminalité au Brésil et les processus de «pacification» dans deux métropoles brésiliennes. **Brésil(s)**, v. 9, p. 1-23, 2016.

BERGER, Christa e TAVARES, Frederico. Leituras do cotidiano e as interseções entre o jornalismo e as ciências sociais. **Contemporânea | comunicação e cultura**, v. 12, n. 01, p. 8-26, jan./abr. 2014.

CAMPOS, Joice Cristina. O Sentimento de Insegurança na Cidade do Rio de Janeiro: as Percepções e a Mudança na Rotina de Vida. **Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia: Desigualdade na Diversidade**, Porto Seguro, 2008.

CANO, Ignacio; BORGES, Dorian & RIBEIRO, Eduardo (orgs). **'Os donos do morro': uma avaliação exploratória do impacto das unidades de polícia pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2012.

CASTEL, Robert. **L'insécurité sociale: qu'est-ce qu'être protégé ?**. Paris: Seuil, 2003 (La république des idées).

CHAGAS, Viktor. Leitorado Casual, Eleitorado Habitual: mudanças no ecossistema da informação e suas relações com o comportamento eleitoral das massas. **Estudos em Comunicação**, vol. 1, n. 28, p. 31-53, maio 2019.

FAUSTO NETO, Antônio. Fragmentos de uma analítica da midiaticização. **Matrizes**, n. 2, p. 89-105, abril 2008.

FRANÇA, Vera. O Acontecimento e a mídia. **Galáxia**, n. 24, p. 10-21, 2012.

FRANÇA, Vera e SIMÕES, Paula (orgs). **O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2018.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2009.

HONNETH, Axel. Visibilité et invisibilité. Sur l'épistémologie de la 'reconnaissance'. **Revue du MAUSS**, v. 23, n. 1, p. 137-151, 2004.

HONNETH, Axel. « La théorie de la reconnaissance: une esquisse ». **Revue du MAUSS**, v. 23, n. 1, p. 133-136, 2004.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA (ISP). “Séries históricas anuais de taxa de letalidade violenta no estado do Rio de Janeiro e grandes regiões”. Disponível em: <https://www.ispdados.rj.gov.br/estatistica.html>. Acesso em: 10 jun. 2025.

KARAM, Francisco José Castilhos. Jornalismo e ética no século XXI. **Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional**, v. 13, n. 13, p. 15-27, Jan./Dez. 2009.

KRIEG-PLANQUE, Alice. Analyser le discours de presse. **Communication**, vol. 20, n. 1, p. 75-97, 2000.

LIMA, Renato Sergio de; RATTON, José Luiz & GHIRINGHELLI DE AZEVEDO, Rodrigo (orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

LIMA, Renato Sergio de; RATTON, José Luiz, (orgs.). **As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Urbania; ANPOCS, 2011.

MACHADO DA SILVA, Luis Antonio (org.). **Vida sob cerco – Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MACHADO DA SILVA, Luis Antonio. A continuidade do ‘problema da favela’. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV/CNPq, 2002, p. 220-237.

MAINGUENEAU, Dominique. L'ethos discursif et le défi du Web. **Itinéraires. Littérature, textes, cultures**, 2015-3 / 2016. Disponível em : <https://journals.openedition.org/itineraires/3000#quotation>. Acesso em : 10 jun. 2025.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, scénographie, incorporation. In AMOSSY, Ruth (éd.). **Images de soi dans le discours. La construction de l'ethos**. Lausanne : Delachaux et Niestlé, 1999, p. 75-100.

MALAGUTI, Vera. **O medo na cidade do Rio de Janeiro. Dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

MBEMBE, Achile. Nécropolitique. **Raisons politiques**, v. 21, n. 1, p. 29-60, 2006.

MBEMBE, Achile. **Politiques de l'inimitié**. Paris: La Découverte, 2018.

MOIRAND, Sophie. **Les discours de la presse quotidienne - Observer, analyser, comprendre**. Paris: Presse Universitaires de France (PUF), 2007.

QUÉRÉ, Louis. D'un modèle épistémologique de la communication à un modèle praxéologique. **Réseaux**, v. 46-47, n. 1, p. 69-90, 1991.

RAMOS, Silvia e MUSUMECI, Leonarda. **Elemento suspeito - Abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RICOEUR, Paul. **Temps et récit 1: l'intrigue et le récit historique**. Paris: Éditions du Seuil, 1983.

ROCHÉ, Sebastian. **Le sentiment d'insécurité**. Paris: PUF, 1993.

SCHNEIER, Graciela; MONTENEGRO, Ana Maria (orgs.). Rio de Janeiro. La Beauté du Diable. **Autrement**, Série Monde HS, n. 42, jan. 1990.

SOARES, Luis Eduardo. **Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos**. São Paulo: Boitempo, 2019.

SOARES, Luis Eduardo. **Segurança tem saída**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

SOARES, Luis Eduardo. Segurança pública: presente e futuro. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 56, p. 91-106, 2006.

SOUSA, Mônica C. P. O jornalismo que cala a periferia. A dislexia discursiva e o silenciamento da pobreza. **Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo**, v. 6, n. 1, p. 102-115, 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Fobópole – O medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Modernidade tardia e violência. *In*: LIMA, Renato Sergio de; RATTON, José Luiz & GHIRINGHELLI DE AZEVEDO, Rodrigo (Orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

VALLADARES, Licia. **La favela d'un siècle à l'autre**. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2006.

VOIROL, Olivier. Les luttes pour la visibilité: esquisse d'une problématique. **Réseaux**, v. 129/130, n. 1, p. 89-121, 2005.